

Inserção do imigrante latino-americano no mercado laboral formal brasileiro (2006-2014): características e implicações para as políticas públicas*

Amilton José Moretto[†]
Pier Francesco De Maria[‡]

Palavras-chave: Imigração latino-americana; Inserção laboral; Relação migração-trabalho

* Trabalho apresentado no VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población (ALAP) e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), realizado em Foz do Iguaçu/PR – Brasil, de 17 a 22 de outubro de 2016.

[†] Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas, professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Endereço eletrônico: amilton.moretto@gmail.com.

[‡] Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas, mestre e doutorando em Demografia pela mesma instituição. Endereço eletrônico: pier@nepo.unicamp.br; dpierf@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A migração internacional tem retomado sua relevância e sido tema de grande interesse para as diferentes sociedades, especialmente no século XXI. A recente escalada da emigração na África e no Oriente Médio, especialmente rumo à Europa, tem despertado a atenção dos governos e a reação da sociedade, tanto para acolher esses imigrantes como para exigir medidas mais duras para restringir, ou até mesmo impedir, sua entrada. No Brasil, também tem se apresentado tal fenômeno, com uma clara retomada do país como polo de atração de imigrantes latino-americanos desde os anos 1980. Ademais, especialmente a partir do final dos anos 2000, com a vinda de africanos e de haitianos, este status tem se reforçado sobremaneira.

A decisão de migrar nem sempre está associada à busca por oportunidades de trabalho. Muitos casos estão ligados a guerras, catástrofes e perseguições de caráter político-religioso, embora o motivo trabalho continue estando entre os mais relevantes. Isto vale tanto para aqueles que escolhem sair de seus países (para auferir renda para sua sobrevivência e enviar parte dela para a família que ficou no país de origem), como os que realizam migrações forçadas (buscando meios de sobrevivência no novo país, o que significa, na maioria dos casos, encontrar uma ocupação).

No caso brasileiro, o país tem retomado, desde os anos 1980, o perfil de polo de atração dos fluxos imigratórios Sul-Sul, especificamente aqueles oriundos de outros países da América Latina. Esta constante vinda de imigrantes para o Brasil tem um impacto – ainda que reduzido, devido ao contingente populacional nacional ocupado – na oferta de mão-de-obra no mercado (seja formal, seja informal). Considerando o fato de o Brasil ser referência para a maioria dos países da América Latina (tanto como destino migratório, quanto como mercado de trabalho), o presente trabalho se propõe a avaliar as características da inserção do trabalhador imigrante latino-americano no mercado de trabalho formal brasileiro no século XXI.

Para a realização desta investigação, são combinadas duas fontes de dados complementares: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O espectro temporal de ambas as pesquisas será o período 2006-2014. A análise dos dados da RAIS permite considerar tanto as informações de vínculo (forma de contratação, remuneração e tempo no emprego) como as do indivíduo (sexo, idade e escolaridade). Para mensurar a participação do emprego formal (informado pela RAIS), é feita uma caracterização inicial mais ampla da inserção do imigrante no mercado de trabalho, utilizando-se as informações da PNAD, o que possibilita ter uma dimensão da contribuição do trabalhador estrangeiro no mercado de trabalho brasileiro e como ele se insere.

Desta forma e com estas fontes de dados, o principal objetivo deste trabalho é analisar as características do imigrante latino-americano empregado formalmente no mercado de trabalho nacional. A partir dessa caracterização, são discutidas algumas implicações para as políticas

públicas e se propõe a discussão sobre a possibilidade de se criar uma nova institucionalidade inter-regional entre os países latino-americanos para se garantir direitos mínimos de proteção social e trabalho decente aos imigrantes.

Este trabalho é composto por cinco seções, contando com esta introdução. No próximo tópico, abordam-se questões relacionadas à teoria sobre migrações, além de avançar nas relações entre o Brasil e os fluxos latino-americanos recentes. A partir deste aparato teórico, são delineados – na terceira sessão – a metodologia e as fontes de dados necessárias. Na sequência, são apresentados os resultados desta pesquisa, trazendo um perfil dos imigrantes latino-americanos e suas características no mercado de trabalho. Finalmente, se conclui com uma discussão acerca das possíveis implicações para a formulação de políticas públicas e de população, com algumas e breves considerações finais sobre a temática.

ELEMENTOS TEÓRICOS

A fim de compreender as características dos migrantes latino-americanos inseridos no mercado laboral formal brasileiro, é preciso entender, primeiramente, a migração como fenômeno e as causas gerais por trás dela. Em segundo lugar, após estas considerações, é analisada a colocação do Brasil como polo migratório internacional e a especificidade dos fluxos latino-americanos no período recente. Tendo delineado a peculiaridade deste fluxo, o último movimento a realizar diz respeito às relações existentes entre mercado de trabalho e migração.

O entendimento da migração e de suas causas

Um primeiro elemento a ser compreendido diz respeito às causas gerais que estão por trás de uma migração. Embora este seja um panorama mais geral, é importante de ser desenhado, pois nos auxilia na compreensão das especificidades dos fluxos latino-americanos rumo ao Brasil. Ademais, a compreensão das questões gerais sobre a migração nos permite individuar eventuais padrões que existam nos fluxos para o Brasil, especialmente a partir dos anos 1980, quando o país não só volta a receber fluxos internacionais, como passa a sofrer com a emigração de brasileiros. Para auxiliar na compreensão dos fluxos migratórios, precisamos retomar dois pontos principais na construção do seu campo teórico: os principais tipos de migrantes; e as leis da migração. Além destes elementos, é preciso ponderar a questão da seletividade migratória e das causas por trás dos fluxos migratórios.

Em primeiro lugar, é preciso retomar as leis de migração de Ravenstein (1980), o qual, após a análise de um conjunto extenso de dados sobre o Reino Unido, conclui por considerações gerais a respeito dos fluxos migratórios. Tais ponderações são até hoje utilizadas para discutir e direcionar os estudos teóricos e empíricos sobre as migrações. Dentre as leis da migração do autor, já tendo em

mente possíveis questões concernentes aos fluxos de latino-americanos para o Brasil, podemos destacar três pontos extremamente relevantes:

- Mulheres migram mais do que homens, embora percorram distâncias menores;
- Migrações de mais longa distância são geralmente direcionadas para grandes centros;
- Correntes migratórias, de modo geral, se orientam para grandes centros.

O destaque destas três leis de migração de Ravenstein (1980) mostra que poderá ser possível encontrar, para o caso dos fluxos latino-americanos (não só em termos teóricos, mas também no que tange a empiria deste trabalho), características bastante semelhantes. Tendo em mente que os fluxos migratórios tendem a se concentrar em correntes rumo a grandes centros – que, no caso brasileiro, significa, em primeiro lugar, as grandes metrópoles da região Sudeste –, podemos avançar não só na classificação dos migrantes de Ravenstein (1980), como também discernir a questão da seletividade migratória apresentada por Lee (1980).

De modo geral, interpretando e adequando as ponderações de Ravenstein (1980) à realidade que nos propomos a analisar, podemos reconhecer um vasto tipo de categorias. De um lado, há os naturais, aqueles que nasceram e vivem em determinada localidade. De outro lado, há os migrantes, entre os quais se identificam: 1) os fronteiriços (ou de curta distância); e 2) os estrangeiros (ou de longa distância). Segundo Lee (1980), tais migrantes têm fatores causadores de seu deslocamento tanto na origem (motivos) como no destino (causas) do fluxo. Dificilmente, conseguimos captar os motivos, já que, para o autor, a estes se associam decisões individuais que, na maioria das vezes, não são completamente racionais.

Além de colocar os fatores causadores das migrações como elemento relevante, Lee (1980) revê as leis de migração de Ravenstein (1980) e insere – dentre outras – o fato de estes fluxos serem impulsionados pelo progresso técnico (que afeta o desenvolvimento da indústria, do comércio e, portanto, das cidades). Para Lee (1980), todavia, os fluxos migratórios (no seu conjunto) podem sofrer uma redução em sua intensidade à medida que obstáculos intervenientes (como a própria distância, os custos do deslocamento, os meios de transporte e, mais recentemente, as barreiras à migração internacional) afetem o sucesso do movimento.

Ademais, para Lee (1980), os próprios fluxos têm características muito específicas, já que existe uma clara seletividade migratória em todos os movimentos. Elementos como sexo, idade e classe social afetam a resposta aos fatores *push-pull*, além de alterarem as formas pelas quais os eventuais obstáculos intervenientes são (ou não) enfrentados. A partir de todos estes elementos, o autor estabelece algumas hipóteses sobre a migração, no que concerne seu volume, os fluxos e as características do migrante em si. Dentre estas hipóteses, as que podemos salientar – novamente pensando nos possíveis resultados quantitativos a encontrar – são as seguintes:

- Menores os obstáculos intervenientes, maiores tendem a ser os fluxos;

- Existe relação entre grau de desenvolvimento e volume migratório;
- Há associação entre etapa do ciclo de vida e a seletividade migratória.

Estes elementos aqui levantados, embora sejam basilares no estudo e no entendimento das migrações, servem de diretriz para acompanhar, ainda que aproximadamente, as características da população migrante latino-americana e sua inserção no mercado de trabalho formal brasileiro. À medida que for possível reconstituir o perfil dos migrantes latino-americanos e suas origens, se poderá inferir, de modo geral: 1) se houve algum tipo de obstáculo interveniente; 2) a possível etapa do ciclo de vida do migrante; 3) a composição do fluxo; e 4) a distância entre origem e destino.

Migração internacional no Brasil desde 1980 e os fluxos de latino-americanos

A migração internacional para o Brasil sempre foi um elemento importante a ser entendido e considerado na compreensão da dinâmica demográfica nacional. Todavia, a partir especialmente dos anos 1930, esta perde importância, por conta de “transformações econômicas, sociais e políticas da sociedade brasileira, relegando a um segundo plano as migrações internacionais” (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 451). De um lado, até o início do século XX, a imigração dos europeus refletia mudanças sociodemográficas, políticas e no capitalismo – associadas à premente necessidade de se consolidar o modo de produção capitalista com mão-de-obra não-escrava no Brasil (BASSANEZI, 1995). De outro lado, a partir de 1930, a forma como se enxerga o imigrante é muito menos amigável. Isto mostra que, embora a categoria de “imigrado” não passe apenas pelas definições das elites (capitalistas) veiculadas por meio do Estado, a visão sobre o “estrangeiro” muito foi influenciada pelo próprio Estado e sua condição jurídica “passa a funcionar como discriminante político, econômico, cultural” (VAINER, 1995, p. 49).

Deste modo, no período entre 1930 e 1980, o Brasil passa por um processo de redistribuição espacial da população muito mais influenciado pelas migrações internas, já que os fluxos internacionais se reduziram a níveis muito baixos em relação aos fins do século XIX e começo do XX (cf. LEVY, 1974; FAZITO, 2008). Desde os anos 1980, todavia, o Brasil voltou a ter um fluxo mais consistente de migrantes internacionais, mais especificamente de latino-americanos e coreanos (ASSIS; SASAKI, 2000). Este fluxo modelou um “novo contexto das migrações internacionais para o país” (BAENINGER, 2012, p. 9), inserindo o Brasil na rota destes fluxos, especialmente aqueles originários da América Latina (BAENINGER, 2012). Este novo fluxo migratório nasce e se desenvolve no bojo de um contexto global de transição do fordismo para o regime de acumulação flexível, processo esse já em curso desde os anos 1960, segundo Harvey (1996). Este novo regime se engendrou de vez após o primeiro choque do petróleo (de 1973), instituindo um modo de produção capitalista baseado “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1996:140).

Em termos desta migração regional para o Brasil, Patarra e Baeninger (2004) destacam que estes fluxos são afetados, sobremaneira, pela conjuntura econômica local e pela violência (os quais nós podemos entender como fatores seja na origem, seja no destino). Especificamente no caso brasileiro, ainda que a maioria do estoque de imigrantes seja de europeus e asiáticos, as autoras notam a crescente participação da América Centro-Sul como um todo: já em 2000, cerca de 20% dos imigrantes internacionais eram da região.

Nos últimos 20 anos do século XX, como as autoras mostram, os principais países de origem dos migrantes internacionais residentes no Brasil são os que compõem o chamado Mercosul Ampliado (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai) especialmente de paraguaios, argentinos e bolivianos. Seguindo na descrição destes fluxos de latino-americanos para o país, Patarra e Baeninger (2004) mostram que pelo menos metade dos imigrantes oriundos do Mercosul Ampliado tem entre 5 e 11 anos de estudo completos. Complementarmente, elas mostram que, dentre estes imigrantes: quase 20% têm profissões ligadas às ciências e às artes; 10% são do poder público; e cerca de 30% estão ligados a ocupações relacionadas à intermediação financeira.

De modo geral, durante o período 1970-2000, o Brasil se consolidou como o terceiro polo de atração de estrangeiros na América Latina e o quarto no que diz respeito a imigrantes regionais, ficando atrás de Argentina, Venezuela e Paraguai (BAENINGER, 2008). Dados levantados pelo IMILA/CELADE e apresentados por Baeninger (2008) mostram que, entre 1970 e 2000, os fluxos principais se mantiveram como sendo os vindos da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, ainda que sua prevalência se reduza no tempo. Em 1970, estes cinco países representaram 88,3% dos fluxos; já em 2000, eram 82,2% dos casos. Isto mostra que, no século XXI, ainda que os fluxos de latino-americanos se mantenham, em sua maioria, concentrados em poucos países, já aparecem outras origens (como Colômbia e Peru).

Durante o século XXI, ainda que o Brasil não seja o país com maior estoque de latino-americanos, nota-se a crescente vinda de imigrantes oriundos do Paraguai, da Bolívia, do Peru e da Colômbia, além de aparecerem fluxos de venezuelanos, cubanos e mexicanos, o que sinaliza o crescimento da migração internacional de fronteira (AVILA, 2007). Complementarmente, pode-se entender este crescente fluxo para o país à medida que se percebe o Brasil (junto com a Argentina) como polo receptor dos imigrantes de baixa renda (PATARRA; FERNANDES, 2011). Entre 2000 e 2010, o estoque de estrangeiros no país caiu de mais de 680 mil para menos de 600 mil, mas a participação relativa (e absoluta) de países fronteiriços aumentou: em 2000, paraguaios, argentinos, bolivianos e uruguaios eram 14,8% do total; em 2010, já são 22,1% (FERNANDES, 2015).

Mercado de trabalho e migrações

O baixo dinamismo que a economia brasileira apresentou nas décadas de 1980 e 1990 foi um fator importante para explicar a grande saída de brasileiros que buscaram no exterior uma oportunidade para se inserir na atividade produtiva e construir ou reconstruir a vida familiar. Talvez o caso mais emblemático tenha sido o dos decasséguis, os descendentes de japoneses que fizeram o trajeto inverso aos antepassados em direção ao Japão, mas o fato é que diferentes caminhos foram buscados pelos brasileiros no exterior¹. Se durante essas duas décadas o saldo migratório foi negativo para o Brasil, os anos 2000 viram uma mudança nesta tendência, sobretudo após a crise de 2008, com o Brasil passando a ser um polo de atração, com migrações de retorno e a vinda de novos contingentes populacionais, tais como os haitianos, senegaleses, congolese e bengalis que fugiam das adversidades em seus países de origem (OLIVEIRA, 2015).

De fato, o cenário do mercado de trabalho brasileiro apresentou uma significativa inversão de sua trajetória. Durante as duas últimas décadas do século XX, o mercado de trabalho brasileiro foi bastante restritivo na absorção da população economicamente ativa. O emprego assalariado formal perdeu participação para formas precárias de inserção laboral, com ampliação do trabalho por conta própria, do assalariamento sem o registro formal do vínculo, do trabalho doméstico e do trabalho sem remuneração. Se, ao longo dos anos 1980, a maior informalização manteve as taxas de desemprego em níveis baixos, nos anos 1990, o desemprego teve tendência crescente. As remunerações sofreram, na década de 1980, com os elevados níveis inflacionários. Se o estancamento da escalada inflacionária nos anos 1990, por meio do Plano Real, trouxe, por um lado, alívio para as camadas dos trabalhadores de baixos rendimentos, por outro, as mudanças nas diretrizes da política econômica implicaram em perda significativa de geração de empregos².

As mudanças realizadas na economia brasileira nos anos 1990 inseriu-a na nova divisão internacional do trabalho de forma subordinada, com o Estado brasileiro tendo pouca capacidade para dar as diretrizes do seu desenvolvimento. Num contexto de dominância das finanças e dos mercados (CARNEIRO, 2006), com ampliação da incerteza e da maior preocupação com retornos de curto prazo, a busca por ampliar a lucratividade levou as empresas a reduzir ao máximo os custos, sobretudo os trabalhistas.

O processo de abertura comercial e financeira iniciado com o governo Collor em 1990, e intensificado com a adoção do Plano Real que permitiu a sobrevalorização da moeda brasileira por período prolongado, destruiu elos das cadeias produtivas e forçou as empresas localizadas no país a uma reestruturação produtiva num ritmo acelerado, para reduzir custos de produção e poder

¹ Veja-se, por exemplo: Martes (1999); Patarra et al. (1995); Patarra e Baeninger (1995); Sasaki (1996).

² Sobre o mercado de trabalho nos anos 1980 e 1990 ver: Baltar e Dedecca (1992); Baltar e Henrique (1994); Baltar e Proni (1996); Cacciamali (1989; 1995); Dedecca (2003); Pochmann (1999; 2001); Sabóia (1986; 1991).

competir com o produto estrangeiro, seja no mercado interno ou externo. Essa reestruturação produtiva realizou-se, no plano internacional, sob as estratégias das empresas transnacionais que reorganizaram as cadeias produtivas, intensificando a concorrência intercapitalista tanto no plano doméstico como no plano internacional.

Nesse processo, o desemprego cresceu fortemente, reduzindo o poder de barganha dos trabalhadores frente ao setor empresarial, abrindo espaço para a adoção de instrumentos que facilitaram a gestão do trabalho pelo empregador, possibilitando a este ajustar a quantidade de trabalho e a remuneração ao nível de atividade. Entre esses instrumentos, a utilização da terceirização permitiu às empresas externalizar parte de sua produção sem perder o controle sobre o processo, geralmente utilizando-se de empresas menores. Estas têm maior facilidade de contratarem trabalhadores sem o registro formal do vínculo, pois a fiscalização torna-se mais difícil diante do número de empresas e também pela maior frouxidão ou desinteresse dos governos em ampliar a fiscalização sobre essas empresas.

Esse novo arranjo produtivo, sobretudo em atividades econômicas mais tradicionais – como confecções, vestuário e construção civil –, facilitou a organização da produção por meio de pequenos empreendimentos e o trabalho em domicílio, cuja forma de contratação desrespeita as normas trabalhistas, seja burlando a relação de emprego – contratando o trabalhador como se este fosse um trabalhador autônomo ou uma empresa –, ou pelo não cumprimento da legislação – não reconhecendo formalmente o vínculo de emprego. Qualquer que seja a forma utilizada, o resultado é a maior precariedade das relações de trabalho. Essa forma de organizar a produção possibilita a realização de parte da produção ou comercialização fora do circuito formal, abrindo a possibilidade de empreendimentos ilegais (ou clandestinos) que descumprem qualquer norma da legislação do trabalho, podendo se considerar uma condição análoga à escravidão, nos quais abrem-se as oportunidades para o trabalho do imigrante não documentado.

Estudo de Freitas e Baeninger (2010) considera as análises que focam nessa nova divisão internacional do trabalho e da emergência das atividades terceirizadas como modelo explicativo para as migrações. Mas busca centrar sua análise no modelo que considera o fluxo de origem do imigrante e compreender os mecanismos que permitem a construção de um canal entre o local de saída do migrante e o local de destino. Na experiência analisada pelas autoras, a dos bolivianos que trabalham nas atividades de confecção e a dos coreanos que estabeleceram empreendimentos neste setor e que empregam bolivianos no município de São Paulo, mostra-se que as situações de saída da origem foram diferenciadas para ambos os grupos, o que ajuda a compreender a forma como se inserem na atividade de confecções distintamente. Cabe destacar a rede que se forma em torno desse fluxo de migrantes, estruturada para recrutar trabalhadores na Bolívia a partir de São Paulo, o que é possível diante das condições encontradas no local de origem – tanto em termos de baixo

padrão de vida como de falta de oportunidades de inserção ocupacional – e cuja condição de trabalho em São Paulo, apesar de muito precárias, criam oportunidades de encaminhar renda para a família que ficou na Bolívia. Essa situação também é observada por outro estudo comparando o fluxo de migrantes bolivianos para o município de São Paulo e para Buenos Aires na Argentina (RIZEL; GEORGES; SILVA, 2010).

Deve-se salientar que, ainda que os estudos sobre os casos dos trabalhadores bolivianos tenham destaque, o Brasil nos anos 2000 passou a ser polo de atração de novos fluxos migratórios (CAVALCANTI, 2015), especialmente de haitianos e africanos. Esses imigrantes vêm em busca de reconstruir suas vidas e de oportunidades de trabalho que lhe permitam auferir uma renda suficiente para garantir a sobrevivência própria e a da família que, na maioria dos casos, permaneceu no local de origem. Como destacam Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2015), se são as redes de migração que determinam quem migra e em que momento, será o mercado de trabalho que irá delimitar o tamanho do fluxo e sua direção; sob este último aspecto, o crescimento da economia brasileira na segunda metade da década de 2000 e a recuperação da crise de 2008 podem ser considerados como fatores importantes para atrair imigrantes.

Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2015) também afirmam que a questão do trabalho do imigrante não visa solucionar problemas do mercado de trabalho brasileiro, como foi o caso da imigração entre o final do século XIX e início do XX, e que o trabalhador migrante não participa exclusivamente em situação precária, havendo também a inserção de trabalhadores migrantes em ocupações que exigem alta qualificação e postos de direção, especialmente no caso de empresas transnacionais. Para o autor, isso implica em nichos de mercado que são ocupados pelo trabalhador imigrante, tanto ocupações de boa qualidade como ocupações precárias. Nesse sentido, surge a necessidade de uma presença mais ativa por parte do Estado, implementando políticas públicas que considerem a diversidade e a complexidade dos fluxos migratórios recentes para o Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

A fim de realizar as análises e as discussões a respeito da migração latino-americana e sua inserção no mercado de trabalho formal brasileiro, são utilizadas duas fontes de dados, as quais são complementares entre si e, deste modo, permitem uma análise mais abrangente desta população. Estas fontes de dados são a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Embora os objetivos por trás destas fontes de dados sejam diferentes, é possível utilizá-las para delinear um quadro mais completo a respeito tanto da migração de latino-americanos, como de sua inserção no mercado de trabalho formal brasileiro.

No caso da PNAD, esta base de dados permite avaliar as características sociodemográficas (idade, sexo, raça/cor, escolaridade e local de nascimento) da população imigrante, além de ter

informações sobre características de ocupação. A grande limitação da PNAD diz respeito à não divulgação, pelo menos nos anos a serem estudados neste trabalho, do país de nascimento e de residência anterior – embora esta pergunta conste nos questionários –, o que não permite obter um perfil mais detalhado e específico da população imigrante latino-americana. De todo modo, será possível detalhar as características gerais dos imigrantes internacionais no período 2006-2014. Para tal, selecionamos as seguintes variáveis descritas no quadro abaixo:

QUADRO 1 – Variáveis selecionadas para análise dos imigrantes internacionais pela PNAD

Categoria	Código	Variável
Sociodemográfico	V8005	Idade (em anos completos)
	V0302	Sexo
	V0404	Raça/cor
	V4703/V4803	Anos de estudo completos
	V5030	UF/país de nascimento
Mercado de trabalho	V4714/V4814	Condição de ocupação no ano
	V4715	Posição na ocupação no trabalho principal no ano
	V4707	Horas habitualmente trabalhadas na semana de referência
	V4816	Grupamentos de atividade do trabalho principal no ano
	V4817	Grupamentos ocupacionais do trabalho principal no ano
	V4719	Rendimento mensal de todos os trabalhos

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dicionários das PNADs de 2006 a 2014.

Já no caso da RAIS, esta base tem dados mais detalhados a respeito de variáveis associadas ao emprego de cada pessoa (com carteira de trabalho assinada) ao dia 31/12 de cada ano. O uso dos dados da RAIS permite captar informações que a PNAD não investiga, dentre as quais: o tamanho do estabelecimento; a presença de algum tipo de deficiência; o tipo de vínculo; e a nacionalidade. Considerando os objetivos deste trabalho, as principais limitações no uso da RAIS para análise dos imigrantes no mercado de trabalho formal são, segundo Oliveira e Cavalcanti (2015):

- O fato de as nacionalidades serem pouco desagregadas;
- Os imigrantes que trabalham como conta-própria não entram na RAIS;
- No caso de vínculos estatutários, haver sub-declaração no quesito raça/cor;
- São conhecidas as limitações em relação a omissões e problemas de preenchimento;
- É também notório o problema das entregas fora do prazo das declarações.

As principais variáveis que serão utilizadas neste trabalho são: sexo; grupos ocupacionais; faixa etária; nível de escolaridade; tempo no emprego; e faixa de rendimento. A partir da análise destas variáveis, é possível detalhar, de forma mais precisa, as características do trabalhador imigrante latino-americano inserido no mercado formal. Ademais, é possível verificar as possíveis diferenças que existem entre este grupo e o total de imigrantes internacionais.

Para realizar este trabalho, lança-se mão de análises descritivas para as diversas variáveis selecionadas. Para fins deste trabalho – e também levando em conta o tamanho da população

imigrante latino-americana inserida no mercado de trabalho formal nacional – considera-se o Brasil em sua totalidade, sem desagregar por regiões ou outras unidades de análise.

RESULTADOS

Com base nas inquietações teóricas por trás deste trabalho e nas fontes de dados disponíveis para o estudo, apresentam-se abaixo os resultados obtidos. Em primeiro lugar, é feito um panorama geral a respeito das características dos migrantes internacionais no Brasil no período 2006-2014, por meio da PNAD. Na sequência, é analisado o perfil dos trabalhadores imigrantes latino-americanos inseridos no mercado de trabalho formal, por meio dos dados da RAIS. Finalmente, a partir do que foi apresentado, são discutidas algumas possíveis implicações para políticas públicas.

O contexto geral da migração internacional no Brasil

Ainda que os microdados da PNAD não tragam a informação do país de origem dos migrantes internacionais, podemos lançar mão de seus dados para realizar uma aproximação inicial a respeito do perfil geral (além de ocupacional) dos imigrantes estrangeiros. Em primeiro lugar, é possível notar que os imigrantes são majoritariamente do sexo masculino, com um aumento do hiato entre sexos no período 2006-2014. Além disto, se nota que, entre os homens, há maior proporção de pessoas de 20 a 64 anos do que as mulheres, enquanto as mulheres que migram tendem a ter entre 50 e 64 anos (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição (%) da população imigrante internacional residente no Brasil segundo sexo e grandes grupos etários, Brasil (2006-2014)

Faixa etária	2006		2014	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 14	9,0	9,2	10,1	12,3
15 a 19	2,4	3,0	3,6	3,9
20 a 34	11,2	9,6	19,5	17,1
35 a 49	17,2	11,8	17,9	15,2
50 a 64	26,8	24,5	19,7	18,3
65 ou mais	33,3	41,8	29,2	33,2
População total	365.071	339.283	444.935	369.536

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2006 e 2014). Tabulações especiais NEPO/UNICAMP.

Quando se desagregam os resultados da idade com o quesito raça/cor, se nota que a maioria da população branca imigrante é adulta-idosa (acima de 50 anos); por sua vez, pretos e pardos que vêm para o Brasil são, em sua maioria, adultos jovens ou maduros (20 a 49 anos). Em ambos os casos, têm se notado, de 2006 para 2014, um rejuvenescimento, com significativo aumento da participação dos adultos de 20 a 34 anos (Tabela 2). Isto pode estar nos sinalizando que a população migrante internacional tem vindo ao Brasil – dentre outras possíveis explicações – para procurar emprego e, conseqüentemente, ter melhores condições de vida.

Tabela 2 – Distribuição (%) da população imigrante internacional residente no Brasil segundo grandes grupos etários e algumas categorias de raça/cor, Brasil (2006-2014)

Faixa etária	2006			2014		
	Branços	Pretos	Pardos	Branços	Pretos	Pardos
0 a 14	7,2	4,7	19,4	10,6	6,5	16,7
15 a 19	1,9	10,2	8,7	2,4	3,7	8,6
20 a 34	9,4	43,0	25,4	11,8	61,4	32,1
35 a 49	13,1	34,4	24,5	15,6	20,3	20,3
50 a 64	28,9	4,9	12,6	22,5	6,5	13,9
65 ou mais	39,5	2,8	9,4	37,1	1,6	8,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2006 e 2014). Tabulações especiais NEPO/UNICAMP.

Por volta de metade desta população imigrante se encontra ocupada no ano em que foram entrevistadas pela PNAD. A outra metade, em sua grande maioria, respondeu não estar na condição de economicamente ativos, o que nos indica (como uma das possibilidades) que não estavam em busca de trabalho. Poucos destes imigrantes internacionais – aqui captados como sendo aqueles não nascidos no Brasil, mas que, no ano analisado, aqui moravam – se declararam desocupados (Tabela 3). Este dado não nos diz, todavia, a respeito da condição de formalidade da população imigrante: sabemos que ela está trabalhando, mas não sabemos se é no setor informal ou não.

Tabela 3 – Distribuição da população imigrante internacional residente no Brasil segundo condição de ocupação e atividade no ano, Brasil (2006-2014)

Condição de ocupação no ano	2006		2014	
	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto
Não aplicável	51,7	364.033	47,0	382.511
Condição de atividade: não ativo	88,2	321.193	85,0	325.177
Ocupado	47,2	332.314	51,7	421.454
Desocupado	1,1	8.007	1,3	10.506
Total	100,0	1.025.547	100,0	1.139.648

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2006 e 2014). Tabulações especiais NEPO/UNICAMP.

Em termos de escolaridade, há três pontos distintos a observar: 1) há um contingente significativo de pessoas com 15 anos ou mais de estudo; 2) há muitas pessoas com ensino médio incompleto para baixo; e 3) as mulheres são menos escolarizadas do que os homens imigrantes (Tabela 4). Disto, dá para concluir que há, possivelmente, pelo menos dois fluxos bem distintos de migrantes internacionais, os quais são divididos pelo nível de escolaridade e pelos grupamentos ocupacionais e de atividades: de um lado, o de mão-de-obra altamente qualificada, em sua maioria do sexo masculino; e outro, de trabalhadores de média ou baixa qualificação.

Tabela 4 – Distribuição (%) da população imigrante internacional residente no Brasil segundo sexo e número de anos estudados, Brasil (2006-2014)

Anos de estudo	2006		2014	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Menos de 1 ano	9,8	11,9	10,6	12,2
1 a 4 anos	19,5	29,3	13,7	18,3
5 a 8 anos	16,2	18,2	14,2	16,9
9 a 11 anos	23,3	20,4	26,2	23
12 a 14 anos	7,1	5,6	10,2	9,5
15 anos ou mais	24,1	14,5	25,2	20,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2006 e 2014). Tabulações especiais NEPO/UNICAMP.

Quanto à distribuição por grupamentos ocupacionais, é possível averiguar, novamente, a concentração em três grupos específicos: os dirigentes em geral (em queda); os profissionais das ciências e das artes (em alta); e os trabalhadores da reparação e da manutenção (Tabela 5). Estes dados (se os cruzarmos com nível de escolaridade, sexo e país de nascimento) indicariam que os fluxos migratórios internacionais para o Brasil são de alguns tipos. Basicamente, os dirigentes em geral tendem a vir de países europeus e da América do Norte, enquanto os profissionais das ciências e das artes estão mais espalhados pelos países de origem e, por fim, os trabalhadores nos serviços de reparação e manutenção tendem a ser aqueles oriundos de países limítrofes em relação ao Brasil.

Tabela 5 – Distribuição da população imigrante internacional residente no Brasil segundo grupamentos ocupacionais, Brasil (2006-2014)

Grupamento ocupacional	2006		2014	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Dirigentes em geral	82.583	24,9	72.841	17,3
Profissionais das ciências e das artes	69.674	21,0	94.362	22,4
Produção, reparação e manutenção	49.372	14,9	100.061	23,7
Vendedores/prestadores de serviço do comércio	32.912	9,9	36.379	8,6
Técnicos de nível médio	32.477	9,8	34.509	8,2
Outras ocupações	64.149	19,4	83.302	19,8
Total	331.167	100,0	421.454	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2006 e 2014). Tabulações especiais NEPO/UNICAMP.

Os migrantes que trabalham estão mais inseridos em setores de atividades como o comércio, a indústria de transformação e a área de saúde e educação (Tabela 6): estes grupos, isoladamente, somam 56,6% dos trabalhadores internacionais e 54,2%. Em termos gerais, o volume de imigrantes nos principais grupos se mantém ou cresceu. Isto nos mostra que, nos últimos anos, a importância de determinados setores para absorção da mão-de-obra imigrante se manteve. Disto, depreendemos a existência de uma inserção estrutural de certas nacionalidades (que aqui não conseguimos destrinchar, mas que os dados da RAIS permitirão captar) no mercado de trabalho nacional.

Tabela 6 – Distribuição da população imigrante internacional residente no Brasil segundo grupamento de atividades, Brasil (2006-2014)

Grupamento de atividades	2006		2014	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Comércio e reparação	76.382	23,1	79.861	18,9
Indústria de transformação	71.625	21,6	91.421	21,7
Educação, saúde e serviços sociais	39.315	11,9	57.458	13,6
Outros serviços coletivos, sociais, pessoais	23.839	7,2	19.848	4,7
Agrícola	21.757	6,6	13.014	3,1
Alojamento e alimentação	21.463	6,5	30.644	7,3
Outras atividades	76.786	23,1	129.208	30,7
Total	331.167	100,0	421.454	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2006 e 2014). Tabulações especiais NEPO/UNICAMP.

Por fim, em termos de rendimento médio de todos os trabalhos, podemos notar que há uma piora real nos valores, independente do sexo, embora os homens tendam a ganhar quase o dobro que as mulheres (Tabela 7). Desagregando por escolaridade, notam-se certas oscilações no valor do rendimento médio, possivelmente fruto das alterações na composição dos fluxos migratórios daquele grupo combinadas com uma inserção em ocupações que pagam menores salários.

Tabela 7 – Rendimento médio (em R\$) da população imigrante internacional de 15 anos ou mais ocupada, segundo o nível de escolaridade e o sexo, Brasil (2006-2014)

Anos de estudo	2006		2014	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Menos de 1 ano	1.002,25	390,32	1.726,94	1.872,24
1 a 4 anos	2.015,23	708,64	2.526,62	1.082,56
5 a 8 anos	3.545,55	500,28	1.878,08	817,34
9 a 11 anos	3.913,35	3.488,95	2.971,31	1.313,85
12 a 14 anos	4.047,17	2.265,91	4.088,02	2.851,63
15 anos ou mais	7.261,06	4.844,02	7.698,62	4.050,96
Média	4.608,31	2.846,96	4.441,37	2.362,86

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2006 e 2014). Tabulações especiais NEPO/UNICAMP.

Nota: Rendimentos de 2006 deflacionados pelo INPC, considerando os meses de setembro de ambos os anos.

É importante ressaltar que não se consegue concluir, apenas com as informações levantadas neste tópico, a respeito das características gerais da população migrante, pois: 1) não sabemos quem são os imigrantes que compõem estes fluxos; 2) não sabemos quais nacionalidades estão associadas a quais atividades e a quais salários; 3) não temos à disposição uma informação consistente no que diz respeito à formalidade do emprego e ao número de meses e/ou anos que o trabalhador está inserido naquele trabalho. Para isto, recorreremos aos dados da RAIS para entendermos melhor quem são os migrantes inseridos no mercado de trabalho formal. Especificamente, é analisado o conjunto de trabalhadores provenientes de países da América Latina.

Características gerais da mão-de-obra formal latino-americana

Nesta seção, de modo a complementar o levantamento anterior, analisam-se os dados dos imigrantes latino-americanos com vínculo de emprego formal para os anos de 2006 e 2014, a partir

dos dados da RAIS, para se caracterizar o perfil desse migrante no mercado de trabalho formal brasileiro. Em 2014, o total de vínculos de emprego formal para o conjunto do país era de 49 milhões, uma ampliação de 14 milhões em relação a 2006 (ou de 41%) do total de vínculos formais. Do total de vínculos em 2014, 0,24% (cerca de 120 mil empregados) eram trabalhadores estrangeiros, dos quais 56% (ou cerca de 66 mil empregados) eram latino-americanos.

Ainda que, em termos relativos, o peso do trabalhador migrante de origem latino-americana no emprego formal no Brasil é pouco significativa, dadas as dimensões do mercado de trabalho brasileiro. Todavia, é importante destacar que, entre 2006 e 2014, o número desses trabalhadores no emprego formal mais que quadruplicou, e ampliou sua representatividade no conjunto de empregados formais de nacionalidade estrangeira que, em 2006, era de 36%. Esse crescimento indica que o Brasil se tornou um destino para o migrante latino-americano, especialmente haitiano, ainda que a reversão do dinamismo da economia brasileira possa desestimular novos fluxos. Ademais, observar como o migrante é absorvido no mercado de trabalho formal ajuda a compreender esse fenômeno e pode auxiliar para formular políticas públicas envolvendo o trabalhador estrangeiro.

A análise dos dados da RAIS mostra que o número de vínculos ativos dos imigrantes latino-americanos ampliou-se em mais de 4 vezes entre os anos analisados, passando de 15,6 mil em 2006 para 65,9 mil em 2014 (um aumento relativamente significativo, mesmo considerando a pequena participação desse conjunto de trabalhadores no total do emprego formal). Esse aumento de estrangeiros latino-americanos ocorreu com maior ritmo dos trabalhadores do sexo masculino em relação às mulheres, ampliando a proporção de 68% para 72% entre 2006 e 2014 (Tabela 8).

Tabela 8 – Distribuição dos imigrantes latino-americanos com vínculo de trabalho formal segundo sexo, Brasil (2006-2014)

Sexo	2006		2014		Variação 2006-2014
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Masculino	10.727	68,4	47.598	72,2	343,7%
Feminino	4.962	31,6	18.328	27,8	269,4%
Total	15.689	100,0	65.926	100,0	320,2%

Fonte: FAT/MTPS/RAIS. Tabulações especiais CESIT-IE/UNICAMP.

Do ponto de vista da ocupação no qual o trabalhador latino-americano está inserido, verifica-se uma mudança importante entre os dois anos analisados. Em 2006, cerca de 1/3 desses trabalhadores estava ocupado no grupo de profissionais das ciências e das artes, seguido pelos membros do poder público e dirigentes de organizações de interesse público e de técnicos de nível médio. Em conjunto, esses três grupos ocupacionais representavam mais de 50% do total de vínculos formais dos trabalhadores latino-americanos.

Isso se altera em 2014, com o grupo dos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais tornando-se o de maior contingente de trabalhadores (32%), seguindo-se aquele de

trabalhadores dos serviços e do comércio (17%) e, só então, os profissionais das ciências e das artes, cuja participação cai pela metade, passando a 15%. Do ponto de vista qualitativo, a mudança foi significativa, haja vista que o trabalhador migrante latino-americano passou a se inserir em ocupações menos especializadas e com menor exigência de escolaridade ou qualificação, mesmo que, do ponto de vista quantitativo, todos os grupos ocupacionais tenham apresentado crescimento. Ou seja, a ampliação do trabalhador latino-americano no emprego formal brasileiro se deu pela sua maior absorção em ocupações operacionais (Tabela 9).

Tabela 9 – Distribuição dos imigrantes latino-americanos com vínculo de trabalho formal segundo grupo ocupacional, Brasil (2006-2014)

Grupos Ocupacionais	2006		2014		Var. % 2006-2014
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	2.205	14,1	4.273	6,5	93,8
Profissionais das ciências e das artes	5.084	32,4	10.168	15,4	100,0
Técnicos de nível médio	2.155	13,7	4.162	6,3	93,1
Trabalhadores de serviços administrativos	1.928	12,3	5.844	8,9	203,1
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	1.702	10,8	11.822	17,9	594,6
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	168	1,1	1.029	1,6	512,5
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	1.730	11,0	21.076	32,0	1.118,3
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais – outros	289	1,8	6.457	9,8	2.134,3
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	428	2,7	1.095	1,7	155,8
Total	15.689	100,0	65.926	100,0	320,2

Fonte: FAT/MTPS/RAIS. Tabulações especiais CESIT-IE/UNICAMP.

Considerando a idade do trabalhador, os dados mostram que, na sua grande maioria (cerca de $\frac{2}{3}$ em 2014), os empregados de origem latino-americana são adultos com 30 anos de idade ou mais (Tabela 10). Contudo, é interessante observar que essa participação caiu entre os dois anos analisados, já que, em 2006, os empregados latino-americanos abaixo de 30 anos representavam apenas 13,4% e, em 2014, sua representatividade passa a 33,5%, como resultado de um crescimento do número de trabalhadores desse grupo etário muito superior ao verificado nos outros.

Tabela 10 – Distribuição dos imigrantes latino-americanos com vínculo de trabalho formal segundo faixa etária, Brasil (2006-2014)

Idade (em anos)	2006		2014		Variação % 2006-2014
	Absoluto	%	Absoluto	%	
15 a 17	35	0,2	306	0,5	774,3
18 a 24	760	4,8	8.679	13,2	1.042,0
25 a 29	1.317	8,4	13.049	19,8	890,8
30 a 39	5.070	32,3	22.389	34,0	341,6
40 a 49	4.462	28,4	12.238	18,6	174,3
50 a 64	3.692	23,5	8.131	12,3	120,2
65 ou mais	353	2,2	1.134	1,7	221,2
Total	15.689	100,0	65.926	100,0	320,2

Fonte: FAT/MTPS/RAIS. Tabulações especiais CESIT-IE/UNICAMP.

O maior contingente de trabalhadores latino-americanos absorvido no emprego formal, entre os anos analisados, além de ampliar a parcela dos mais jovens, também aumentou a participação dos trabalhadores com menor escolaridade. Assim, enquanto mais da metade dos empregados em 2006 tinha ensino superior completo, esse contingente cai pela metade em 2014 (26%). Em 2014, sobressai-se o grupo com escolaridade média completa (37,7%) ampliando sua participação, que era de 29,9% em 2006. O que chama a atenção é o aumento da participação dos trabalhadores com fundamental completo e incompleto que, em conjunto, passaram a representar pouco mais de 1/3 do total em 2014, quando, em 2006, essa participação era de 16,5% (Tabela 11).

Tabela 11 – Distribuição dos imigrantes latino-americanos com vínculo de trabalho formal segundo nível de escolaridade, Brasil (2006-2014)

Nível de Escolaridade	2006		2014		Variação % 2006-2014
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Fundamental Incompleto	805	5,1	10.618	16,1	1.219,0
Fundamental Completo	1.791	11,4	13.219	20,1	638,1
Médio Completo	4.695	29,9	24.887	37,7	430,1
Superior Completo	8.398	53,5	17.202	26,1	104,8
Total	15.689	100,0	65.926	100,0	320,2

Fonte: FAT/MTPS/RAIS. Tabulações especiais CESIT-IE/UNICAMP.

O aumento quantitativo dos empregados formais de origem latino-americana, mesmo que o fluxo de imigração venha desde muito antes, ocorreu no período mais recente. Como pode ser observado pela Tabela 12, mais da metade dos empregados em 2014 (57%) estava há menos de 1 ano no emprego, percentual que se eleva a 75% quando se considera os que estão no emprego há menos de 2 anos. Mesmo que essa proporção não fosse baixa em 2006 (respectivamente, 33% e 52%) ampliou-se a proporção de empregados de origem latino-americana com pouco tempo no emprego, especialmente entre aqueles com menos de 3 meses e menos de 6 meses.

Tabela 12 – Distribuição dos imigrantes latino-americanos com vínculo de trabalho formal segundo faixa de tempo no emprego, Brasil (2006-2014)

Tempo no Emprego	2006		2014		Variação % 2006-2014
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Até 2,9 meses	1.378	8,8	11.569	17,5	739,6
3,0 a 5,9 meses	1.503	9,6	10.690	16,2	611,2
6,0 a 11,9 meses	2.350	15,0	15.194	23,0	546,6
12,0 a 23,9 meses	2.886	18,4	12.159	18,4	321,3
24,0 a 35,9 meses	1.706	10,9	4.771	7,2	179,7
36,0 a 59,9 meses	2.096	13,4	4.546	6,9	116,9
60,0 a 119,9 meses	2.182	13,9	3.903	5,9	78,9
120,0 meses ou mais	1.588	10,1	3.094	4,7	94,8
Total	15.689	100,0	65.926	100,0	320,2

Fonte: FAT/MTPS/RAIS. Tabulações especiais CESIT-IE/UNICAMP.

O menor tempo no emprego também ajuda a compreender o aumento da concentração desse contingente de trabalhadores nas faixas de menor remuneração. Se, no ano de 2006, metade tinha

remuneração de até 5 salários mínimos, em 2014 essa proporção passou a ser de 80%, sendo que 3 em cada 4 empregados ganhavam até 3 salários mínimos, quando em 2006 esse percentual era de 37%. Além disso, mais da metade (57%) tinha remuneração de até 2 salários mínimos, enquanto em 2006, para essa faixa, a proporção era de ¼ (Tabela 13).

Importante ressaltar que, no período analisado, a política de valorização do salário mínimo trouxe elevação real de seu valor em mais de 50%. Como estamos considerando as faixas de rendimento como múltiplos do salário mínimo, o crescimento do número de empregados nas menores faixas decorre do fato de que parte dos trabalhadores, cuja remuneração era superior ao valor do salário mínimo, não obtiveram aumento da remuneração no mesmo percentual que este. Isto pode fazer com que o mesmo mude para uma faixa de rendimento inferior, ainda que, em termos nominais, o valor tenha se elevado.

Tabela 13 – Distribuição dos imigrantes latino-americanos com vínculo de trabalho formal segundo faixa de rendimento médio mensal (em múltiplos do salário mínimo), Brasil (2006-2014)

Faixa de rendimento médio mensal (em SM)	2006		2014		Variação % 2006-2014
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Até 1,00	474	3,0	1.538	2,3	224,5
1,01 a 2,00	3.327	21,2	35.997	54,6	982,0
2,01 a 3,00	1.971	12,6	10.941	16,6	455,1
3,01 a 5,00	2.054	13,1	4.178	6,3	103,4
5,00 a 10,00	2.627	16,7	4.104	6,2	56,2
10,00 a 20,00	2.645	16,9	5.228	7,9	97,7
Mais de 20,00	2.591	16,5	3.940	6,0	52,1
Total	15.689	100,0	65.926	100,0	320,2

Fonte: FAT/MTPS/RAIS. Tabulações especiais CESIT-IE/UNICAMP.

Nota: Rendimentos a preços correntes de cada ano.

Do exposto acima, verifica-se uma mudança na estrutura de emprego formal dos trabalhadores migrantes de origem latino-americana, que ampliou sua representatividade no conjunto dos empregados de naturalidade estrangeira. Em 2014, o perfil desse trabalhador acentuou a participação masculina, das ocupações mais operacionais e com menor exigência de escolaridade e qualificação, o que se pode constatar pelo crescimento dos empregados com menor escolaridade (com até o ensino fundamental completo) no total de empregados de origem latino-americana.

De todo modo, não se pode esquecer que alguns estudos indicam que parte dos trabalhadores migrantes, que possuem maior escolaridade, acabam se inserindo em ocupações com exigências de qualificação e escolaridade inferior àquelas do trabalhador, o que significa que esse trabalhador está sendo subaproveitado, ou que ele tem uma sobrequalificação para o posto de trabalho que ocupa. Verificou-se também que se ampliou a proporção de trabalhadores mais jovens (com menos de 30 anos de idade), com pouco tempo de trabalho no emprego (menos de 1 anos) e cuja remuneração situa-se nas faixas de menor rendimento, até 3 salários mínimos.

POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

A ampliação do fluxo recente, especialmente após a crise de 2008-2009, de trabalhadores migrantes estrangeiros para o Brasil é fenômeno importante para o mercado de trabalho, ainda que, em termos quantitativos, ele seja pouco representativo, sobretudo em relação ao emprego formal, onde o trabalhador estrangeiro representa menos de 0,5% dos empregados. Contudo, considerando-se o contexto econômico do país, de recessão e crescimento da taxa de desemprego, o trabalhador estrangeiro pode encontrar maiores dificuldades, inclusive sofrendo discriminação e tendo de se submeter a piores condições de trabalho do que os trabalhadores de naturalidade brasileira.

Do ponto de vista do interesse desse trabalho, a preocupação foca-se nas políticas dirigidas à inserção e proteção do trabalhador imigrante no mercado de trabalho, não sendo objeto de análise a política migratória que, obviamente, é determinante para facilitar a entrada e a documentação do trabalhador estrangeiro. O debate que se trava em torno de uma nova lei, ainda que possa superar a situação atual assentada sobre o estatuto do estrangeiro, guiando-se por uma visão mais humanista e de garantia de direitos, dependerá de sua efetiva implementação e do acompanhamento de todos interessados, como aponta Oliveira (2015). Além disso, parte dos empregados estrangeiros que vem para o país fazem-no já empregados, como funcionários de empresas transnacionais designados para exercerem funções nas filiais localizadas no país e, assim, não são nosso objeto de estudo.

O foco situa-se, portanto, sobre o migrante estrangeiro que vem para o Brasil, para tentar reconstruir sua vida, seja pela imigração definitiva, seja por período de tempo suficiente para acumular algum recurso que lhe permita recomeçar a vida no país de origem. Assim, esse contingente de trabalhadores estará exposto às vicissitudes do mercado de trabalho e às condições de trabalho mais precárias, especialmente o migrante não documentado, cuja inserção ocorrerá em atividades informais ou não legalizadas.

No âmbito do trabalho formal – com registro do vínculo de trabalho pelo empregador –, a ação do Estado não se diferencia daquela com o trabalhador brasileiro. Uma vez contratado, o trabalhador estrangeiro deverá ter todos os direitos que qualquer outro trabalhador possui, algo definido na legislação que regula o trabalho no país. Assim, a ação fiscalizadora do cumprimento das normas legais serve para todos, desde a verificação do registro do vínculo de trabalho, como o cumprimento do tempo de trabalho e das normas de saúde e segurança no trabalho.

Mais importantes são as políticas públicas que ajudem na inserção do migrante em um emprego. Nesse sentido, destacam-se as ações que poderiam ser desenvolvidas pelo Serviço Público de Emprego (SPE), seja fornecendo informações e auxiliando na documentação do imigrante, seja no apoio ao recrutamento pelas empresas demandantes de mão de obra. No período recente, ganhou destaque nos meios de comunicação a entrada de haitianos no país pela fronteira do estado do Acre e seu deslocamento para as regiões Sudeste e Sul do país em busca de ocupação; sua inserção no

emprego ocorreu majoritariamente como trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (DUTRA et al., 2015). Isso, muitas vezes, é feito por intermediadores privados ou até mesmo pelos próprios empregadores, o que nem sempre garante que trabalhador obterá a melhor colocação a partir de suas qualificações, abrindo a possibilidade de contratações precárias.

Nesse sentido, o SPE poderia ser o coordenador das ações de apoio ao trabalhador imigrante, facilitando sua documentação, seu deslocamento no território nacional e sua inserção no mercado de trabalho. Essa ação poderia inibir ou minimizar ações oportunistas que buscam obter vantagens da falta de informação ou da situação de fragilidade desses trabalhadores estrangeiros, colocando-os em uma situação de exploração e precariedade. Um aspecto importante diz respeito à criação de instrumentos que possibilitem meios de sobrevivência ao estrangeiro até a obtenção de um emprego. Normalmente, ações de organizações não governamentais e/ou religiosas acabam por fornecer algum apoio, mas seria importante implementar ações públicas para viabilizar seu acolhimento, especialmente para aqueles que chegam em situações mais precárias.

No caso específico dos trabalhadores de origem latino-americana, em especial os do Mercosul, seria importante caminhar na direção de se construir instituições que viabilizem o trânsito e a inserção do trabalhador entre os países membros. Isso significa tanto ter ações que facilitem a informação e a mobilidade do trabalhador, como aquelas voltadas à proteção da renda, seja em momentos de desemprego ou de aposentadoria. Evidentemente, essas questões não são fáceis de serem abordadas e de se formularem propostas, pois há grandes diferenças entre países nas normas que regulam o trabalho e a seguridade social, sem falar nas próprias estruturas econômica e social. Contudo, e mesmo considerando as dificuldades, é possível se pensar na construção de normas e ações conjuntas que visem facilitar o deslocamento entre as fronteiras e, para isso, torna-se fundamental a ampliação do conhecimento das realidades e especificidades nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, G. O.; SASAKI, E. M. Novas migrações de e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25., 2001, Caxambu, MG. **Anais...**, Caxambu, MG: ANPOCS, 2001.
- AVILA, C. F. D. O Brasil diante da dinâmica migratória intra-regional vigente na América Latina e Caribe: Tendências, perspectivas e oportunidades em uma nova era. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 50, n. 2, p. 118-128, 2007.
- BAENINGER, R. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: _____. (Org.) **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP; Fapesp; CNPq; UNFPA, 2012. p. 9-18.
- BAENINGER, R. O Brasil no contexto das migrações internacionais da América Latina. In: BRITO, F.; BAENINGER, R. (Coord.). **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília, DF: CGEE, 2008. p. 248-265.
- BALTAR, P. E. A. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo, SP: Editora da UNESP; IE/UNICAMP, 2003. (Coleção "Economia Contemporânea").
- _____; DEDECCA, C. S. **O mercado de trabalho nos anos 80: balanço e perspectivas**. Campinas: UNICAMP/IE/CESIT, 1992. (Mimeo).
- _____; HENRIQUE, W. Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B. et. al. (Org.). **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo, SP: Scritta, 1994.

- _____; PRONI, M. W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo, SP: Scritta, 1996.
- BASSANEZI, M. S. C. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (Coord.) **Emigração e imigração no Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: FNUAP, 1995. p. 1-38.
- CACCIAMALI, M. C. Mercado de trabalho na década de 1990: menos empregos, mais políticas públicas. In: VELLOSO, J. P. R. (Org.). **O real e o futuro da economia**. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1995, p. 213-231.
- _____. **Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo, SP: IPE-USP, 1989. (Mimeo).
- CARNEIRO, R. **A Supremacia dos Mercados**. São Paulo, SP: UNESP, 2006.
- CAVALCANTI, L. Novos fluxos migratórios para o mercado de trabalho brasileiro: desafios para políticas públicas. **Revista da ANPEGE**, Dourados, MS, v. 11, n. 16, p. 21-35, 2015.
- _____; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. A. Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Cadernos OBMigra**, Brasília, DF, v. 1, n. 2 (dossiê especial), 2015.
- DEDECCA, C. S. Anos 90: A estabilidade com desigualdade. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora da UNESP; IE/UNICAMP, 2003. (Coleção “Economia Contemporânea”).
- DUTRA, D.; ALMEIDA, S.; TONHATI, T.; PALERMO, G. Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro: Perfil geral na série 2011, 2012 e 2013. **Cadernos OBMigra**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, (dossiê especial), 2015.
- FAZITO, D. Situação das migrações internacionais do Brasil contemporâneo. In: BRITO, F.; BAENINGER, R. (Coord.). **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília, DF: CGEE, 2008. p. 150-172.
- FERNANDES, D. O Brasil e a migração internacional no século XXI – Notas introdutórias. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (Org.). **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho (MPT), 2015. p. 19-40.
- FREITAS, P. T.; BAENINGER, R. Cidade e imigração – origens e territórios da imigração boliviana e coreana para a cidade de São Paulo. In: BAENINGER, R. (Org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: NEPO-UNICAMP/UNFPA, 2010, p. 277-298.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6ª edição. São Paulo, SP: Ed. Loyola, 1996.
- LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A, 1980. p. 95-114.
- LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, SP, v. 8, suplemento, p. 49-90, 1974.
- MARTES, A. C. Migração Internacional e mercado de trabalho: um estudo sobre imigrantes brasileiros em Boston. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23., 1999, Caxambu, MG. **Anais...**, Caxambu, MG: ANPOCS, 1999.
- OLIVEIRA, A. T. R. Migrações internacionais e políticas migratórias no Brasil. **Cadernos OBMigra**, Brasília, DF, v. 1, n. 3, p. 252-279, 2015.
- _____; CAVALCANTI, L. **Potencialidades e limitações no uso dos registros administrativos: a experiência do OBMigra**. Brasília, DF: OBMigra, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/1WIBwJk>. Acesso em 06 abr. 2016.
- PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: Encontro Nacional sobre Migrações, 1., 1997, Curitiba, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1997.
- PATARRA, N. L. et al. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: FNUAP, 1995.
- _____; BAENINGER, R. Migração Internacional recente: o caso do Brasil. In: PATARRA, N. L. (Coord.) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil; FNUAP, 1995.
- _____; BAENINGER, R. Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica – Brasil no Mercosul. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1., 2004, Caxambu, MG. **Anais...**, Rio de Janeiro, RJ: ALAP, 2004.
- _____; FERNANDES, D. Brasil: país de imigração? **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, Lisboa, n. 24 (dossiê “Migrações”), p. 65-98, 2011.
- POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo, SP: Ed. Contexto, 2001.
- _____. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo, SP: Contexto, 1999.
- RAVENSTEIN, E. G. As leis das migrações. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A, 1980. p. 25-88.
- SABÓIA, J. L. M. Emprego nos oitenta: uma década perdida. **Texto para Discussão nº 258**. Rio de Janeiro, RJ, UFRJ/IEI, 1991.
- _____. Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983. **Revista de Economia Política**, São Paulo, SP, v. 6, n. 3, p. 82-106. 1986.
- SASAKI, E. M. A migração internacional contemporânea e a internacionalização da produção. **Cadernos de Sociologia**. Campinas, SP: UNICAMP, p. 165-188, 1996.
- VAINER, C. B. Estado e Migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, N. L. (coord.) **Emigração e imigração no Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: FNUAP, 1995. p. 39-52.